



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES
CNPJ. 08.357.600/0001-13

• Rua: Cel. Antônio Fernandes Sobrinho, 300 – Centro • CEP 59.940-000 • E-mail: pmlgomesrn@gmail.com •

GABINETE DO PREFEITO

Lei nº 621, de 3 de junho de 2025.

Dispõe sobre a criação, composição, competência e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Luís Gomes/RN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: FAZ SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Luís Gomes/RN, órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo e fiscalizador, vinculado diretamente a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Luís Gomes/RN tem por finalidade formular e propor diretrizes para a ação governamental, no que se refere às matérias pertinentes aos direitos da mulher.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Luís Gomes/RN:

I - Propor diretrizes e políticas voltadas à promoção dos direitos e a eliminação das discriminações que atingem a mulher;

II - Estimular, apoiar e desenvolver estudos, projetos e debates relativos à condição da mulher, bem como propor medidas ao governo municipal, objetivando eliminar toda e qualquer forma de discriminação;

III - Oferecer subsídios e proposições aos órgãos da Administração Municipal, visando assegurar que nas políticas e ações destes estejam contemplados os objetivos da promoção dos direitos e do combate às discriminações de gênero, inclusive através de programas dirigidos especificamente às mulheres;

IV - Promover intercâmbios e convênios com instituições e organismos municipais, estaduais, nacionais e estrangeiros, de interesse público ou privado, com a finalidade de implementar as políticas, medidas e ações objeto do Conselho;

V - Estabelecer e manter canais de relações com os movimentos de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades das entidades da sociedade civil;

VI - Propor e participar de campanhas educativas de enfrentamento, conscientização e prevenção de todas as formas de violência contra a mulher;

VII - Propor a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e fiscalizar sua execução, além de estimular a criação de rede de apoio às mulheres vítimas de violência;

VIII - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da legislação e de convenções

coletivas que assegurem e protejam os direitos das mulheres;

IX - Receber denúncias de violação do direito da mulher, encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas;

X – Convocar e realizar, em conjunto com o Poder Executivo Municipal, as Conferências Municipais da Mulher, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos;

XI-Elaborar seu regimento interno.

Art. 4º. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Luís Gomes/RN será constituído por 04 (quatro) membros titulares e respectivos suplentes, representativos da Administração Pública Municipal e 04 (quatro) membros titulares e respectivos suplentes, representativos da sociedade civil, estes eleitos dentre órgãos e entidades não-governamentais e populares com atuação nas questões de gênero e na promoção dos direitos das mulheres.

Parágrafo Único - Os representantes do Poder Executivo deverão estar vinculados, prioritariamente, às seguintes pastas:

Secretaria Municipal de Assistência Social;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Agricultura;

Art. 5º. As conselheiras e conselheiros representativos da sociedade civil serão eleitos através de fórum próprio, formado por representantes de entidades comunitárias e pessoas com atuação nas questões de gênero e na promoção dos direitos das mulheres, sediadas no Município de Luís Gomes/RN, com atuação devidamente comprovada e regularmente constituídas.

Parágrafo Único - Cada entidade inscrita terá direito a um voto, na forma do regulamento.

Art. 6º. O mandato das conselheiras e conselheiros será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por mais um período consecutivo, vedada a sua substituição, salvo por justa causa, devidamente comprovada.

Art. 7º. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher escolherá entre seus membros, na primeira reunião de cada gestão, sua Diretoria, composta de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo.

§ 1º As atribuições da Diretoria serão especificadas no Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

§ 2º O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, concomitantemente com o período previsto no artigo 6º supra, permitida uma reeleição.

Art.8º. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher não receberão remuneração de qualquer espécie, sendo, entretanto, o exercício do cargo, reconhecido como função pública relevante.

CAPÍTULO II – DO FUNDO MUNICIPAL PARA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER

Art.9º. Fica criado o Fundo Municipal para Promoção dos Direitos da Mulher

– FUNDO MULHER, destinado a captar e aplicar recursos destinados a suportar as despesas com programas de promoção dos direitos, de assistência jurídica, de proteção a mulheres vítimas de violência, de educação para o respeito à diversidade e outros, estabelecidos segundo a deliberação do Conselho Municipal de Direitos da Mulher.

Art. 10. Constituem recursos do FUNDO MULHER:

I- Dotações do Orçamento Municipal;

II- Os recursos provenientes do Governo Federal e Estadual;

III - As dotações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - Outros recursos que lhe foram destinados; e

V - As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais.

Art. 11. A aplicação e movimentação dos recursos do FUNDO MULHER será objeto de prévia aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 12. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, coordenará o processo de eleição dos representantes das entidades comunitárias com atuação nas questões de gênero e na promoção dos direitos das mulheres, para a constituição da primeira representação da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei.

Art. 13. As atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e as normas de funcionamento reger-se-ão pelo regimento Interno, que deverá ser elaborado no prazo de 90 (noventa) dias após a primeira eleição.

Art. 14. O Poder Executivo deverá providenciar a instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pref. Mun. de Luís Gomes/RN.

Gabinete do Prefeito, em 3 de junho de 2025.

Carlos Augusto de Paiva
PREFEITO MUNICIPAL